



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LAYZA THALITA LISBOA SILVA

“PRA IR DEPENDE DA MARÉ”:
reflexões sobre tarrafejar no Igarapé do Jubim, nas águas das Amazônias

BELÉM-PA

2025

LAYZA THALITA LISBOA SILVA

“PRA IR DEPENDE DA MARÉ”:

reflexões sobre tarrafejar no Igarapé do Jubim, nas águas das Amazônias

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais, do Campus Universitário Guamá, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Michele Escoura Bueno

Coorientador: Gustavo Goulart Moreira Moura

BELÉM-PA

2025

LAYZA THALITA LISBOA SILVA

“PRA IR DEPENDE DA MARÉ”:

reflexões sobre tarrafejar no Igarapé do Jubim, nas águas das Amazônias

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará sob orientação da professora Dra. Michele Escoura Bueno e coorientação do professor Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura.

Data de aprovação:

Conceito:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Michele Escoura Bueno (Orientadora)
FACS/PPGSA - UFPA

Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura (Coorientador)
FAOC/PPGOC - UFPA

Ma. Joicieli Pereira de Lima (Examinadora)
PPGSA - UFPA

Profa. Dra. Ana Carneiro Cerqueira (Examinadora)
CFCHS/PPGES – UFSB

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva (Examinador Suplente)
FACS/UFPA

“PRA IR DEPENDE DA MARÉ”:

reflexões sobre tarrafejar no Igarapé do Jubim, nas águas das Amazônias

Resumo

A Vila do Jubim, está localizada no Arquipélago do Marajó, que se caracteriza por ser uma região estuarina, onde as águas doces encontram as águas salgadas do Oceano Atlântico e pelo entrecortar de rios e igarapés, constituindo um aglomerado de ilhas e ilhotas amplamente influenciadas pelas diversas formas d'água. Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender a relação que permeia o Igarapé do Jubim, na Vila do Jubim no município de Salvaterra, e minhas interlocutoras, mediada pela pesca com a tarrafa. A partir do diálogo com a bibliografia que reivindica os termos “pesca” e “gênero”, é possível perceber que o padrão de “divisão sexual do trabalho”, que geralmente associa os homens à captura do pescado e as mulheres às atividades pré e pós-captura, é tensionado pelos dados produzidos em campo, repensando o cerne que fundamenta estas produções acadêmicas: a categoria trabalho. Assim, proponho reavaliar as possibilidades dessa relação, permeada pela ambivalência e fluidez, que caracteriza desde meus interlocutores até as águas turvas de seu igarapé.

Palavras-Chave: Etnografia; Gênero; Pesca; Marajó; Amazônias.

Agradecimentos

Este Trabalho de Conclusão de Curso é coletivo, em todos os sentidos possíveis. As palavras jamais serão suficientes para expressar tamanha gratidão que guardo por todos os moradores da Vila do Jubim. Gostaria de poder nomear todas e todos que me ajudaram, mas como essa parece ser uma tarefa impossível, agradeço a Vila do Jubim em nome da Dona Eralda, que sempre me recebeu em sua casa com uma boa conversa, e dali surgiu uma amizade cheia de carinho e cuidado. Não poderia imaginar melhor lugar para iniciar minha vida de pesquisadora.

Agradeço a minha família: meus pais, Elder Santos e Clenilce Lisboa, que acreditaram em mim e nos meus sonhos, mesmo os mais loucos, como tem sido o de fazer pesquisa no Brasil, e minha irmã, Aline Lisboa, sem ela eu com certeza não conseguiria ser nada do que sou hoje. Eles são responsáveis pela minha contínua constituição enquanto pessoa. Esse pequeno parágrafo não seria capaz de representar a grandiosidade deles em minha vida.

Gostaria de agradecer Lucas Pereira, ele foi parte formadora e fundamental deste texto, seja em sua escrita, ou nos momentos quando saí da frente da tela do computador e fui em direção ao seu abraço, que renovou minha confiança em mim. Obrigada por me fazer acreditar ser possível e por compartilhar comigo a vida, dos momentos mais felizes e aos mais difíceis.

Muito obrigada, também, aos meus amigos queridos que me acompanharam durante toda a graduação: Letícia Araújo, Beatriz do Carmo, Gabriel Costa e Gustavo Barreto. Eles me mostraram como seguir no curso de Ciências Sociais em coletividade. Amigos que eu não ousaria viver sem.

As reuniões do PUGNA - Etnografia, Poder e Socialidades e do GECODAM - Grupo de Pesquisa em Gestão Costeira e Decolonial na Amazônia foram essenciais para meu processo de aprendizagem. Que alegria encontrar ambientes de discussão acadêmica tão afetuosos. Faço questão de mencionar, além desses grupos de pesquisa, o projeto Maretórios Amazônicos, em toda sua equipe, que dividiram comigo o trabalho de campo e juntos produzimos dados de pesquisa compartilhados. Agradeço às agências financiadoras do projeto: a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Por fim, agradeço aos professores Michele Escoura e Gustavo Moura, os deixo meu muito obrigada especial, por me acompanharem e acreditarem neste trabalho. Nada seria possível sem as suas orientações.

“PARA IR AO IGARAPÉ DEPENDE DA MARÉ”:

reflexões sobre tarrafejar no Igarapé do Jubim, nas águas das Amazônias

Introdução

Este trabalho é originado de minha pesquisa de iniciação científica (PIBIC), na qual tenho pensado relações de gênero em uma comunidade costeira da Amazônia, chamada de “Vila do Jubim”, a fim de produzir subsídios para o projeto de pesquisa “Maretórios Amazônicos: ameaças aos espaços de produção de sociobiodiversidade e garantia de mundos de vida na comunidade tradicional de pesca de Jubim, Arquipélago do Marajó - Salvaterra/PA”, em que se destaca um dos produtos objetivados: “mapear a área territorial do maretório de Jubim sob uma perspectiva interseccional de gênero”. Com essa tarefa em mente, acabei por voltar os olhares para a relação entre o igarapé do Jubim e minhas interlocutoras, mediada pela pesca com a tarrafa. Tornou-se, assim, o objetivo geral de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso e, por conseguinte deste texto, perceber como essas relações se dão.

Em grande parte dos trabalhos acadêmicos que levam em conta as palavras “gênero” e “pesca”, os esforços giram em torno da luta pela afirmação de que o trabalho tido como “reprodutivo” e realizado por mulheres, seria, de fato, produtivo e central para as atividades pesqueiras (Alencar 1993; Maneschy, 1995). Contudo, de modo geral, as análises da “situação da mulher” na “organização social da pesca” no Brasil e, em especial, na Amazônia, têm se concentrado, majoritariamente, na análise sobre o papel feminino nos processos de pós e pré captura do pescado, em contraposição aos homens que, majoritariamente, o capturam.

As estadias em campo no Jubim me permitiram perceber que as dinâmicas por lá não se encaixavam de maneira rígida a essas classificações trazidas pela bibliografia sobre gênero e pesca, me fazendo, então, produzir novas conexões e relativizar a cristalização das análises canônicas sobre esse tema. Deste ponto de partida, concentro neste texto reflexões sobre a relação de minhas interlocutoras com as diferentes águas do Jubim e tento perseguir a questão: o que fazer quando o trabalho de campo da pesquisadora apresenta uma forma de relação entre pesca e interlocutores que não se desdobra na categoria trabalho?

Realizei uma pesquisa antropológica de viés etnográfico, com observação participante. Fiz uso de diversas técnicas de pesquisa, entre elas, entrevistas abertas, semiestruturadas e turnês-guiadas. Esta é uma pesquisa coletiva, já que constituímos uma equipe de mais de 40

peessoas no referido projeto, então poucas vezes estava em campo sozinha. No que se segue, faço reflexões metodológicas, seguidas da intenção de situar onde se passa este trabalho. Posteriormente, produzo reflexões a partir de minha pesquisa de campo, na intenção de dialogar com as discussões acadêmicas produzidas sobre o tema, reavaliando as possibilidades dessa relação.

Metodologia

O objetivo geral do projeto “Maretórios Amazônicos” — que possui como responsáveis o Prof. Dr. Gustavo Moura, da Universidade Federal do Pará (UFPA), o Prof. Dr. Thiago Serafini, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Profa. Dra. Leandra Gonçalves, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e que se desenvolve entre os anos de 2023 e 2026 — é “avaliar as ameaças geradas pelo modelo de desenvolvimento implementado na zona costeira paraense na sociobiodiversidade do maretório da comunidade tradicional de pesca de Jubim, Salvaterra/Arquipélago do Marajó-PA”. Nesse contexto, enquanto pesquisadora pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Moura e da Profa. Dra. Michele Escoura, fui incumbida de pensar relações de gênero na Vila do Jubim, uma tarefa cujo objetivo era “e) Mapear a área territorial do maretório de Jubim sob uma perspectiva interseccional de gênero”.

Muitos pesquisadores nas mais diversas áreas disciplinares dessas três universidades compõem o conjunto de atores do projeto Maretórios Amazônicos em várias frentes de trabalho. Dentre elas, estive inserida na “equipe de gênero”¹, que se preocupou em evidenciar o debate que os termos “gênero” e “território” suscitam. Nesse ínterim, eu percorri um caminho de pesquisa que se interessava, a priori, em realizar um mapeamento participativo na Vila do Jubim. No entanto, para além da responsabilidade de entregar um produto, encontrei-me cercada de outras duas responsabilidades: a consumação da minha formação enquanto cientista social por meio da elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso e, a mais importante, minha preocupação em fazer valer, minimamente, para meus interlocutores a minha presença ali. Assim, com o passar das idas a campo, fui levada a refletir sobre as

¹ Cabe ressaltar as pesquisadoras(res) envolvidos na equipe de gênero e no processo de mapeamento participativo: Luceni Hellebrandt, Jodival Costa, Lucas Pereira, Michele Escoura, Rebeca Duarte, Sofia Furtado, Tainah Lunge, João Bahia, Jezimara vinhas, Amanda Silva, Arthur Lima e Fabrício Figueiredo. Gostaria de demonstrar meu mais profundo agradecimento a esta equipe de pesquisadores que, de alguma maneira, se entrelaçam em suas pesquisas para pensar questões de gênero. Agradeço aos demais membros do projeto Maretórios Amazônicos, que contribuíram seja com palavras amigas ou orientações acadêmicas.

relações produzidas entre meus interlocutores, em maioria mulheres, com o igarapé do Jubim, e é a partir dessa questão norteadora que este trabalho se desenrola.

Desde o início de minha graduação, possuía vontade de ingressar em uma pesquisa na região costeira da Amazônia, já que sou nascida e criada nesta região, na cidade de Bragança. Assim, pesquisar na Vila do Jubim foi a realização de uma vontade antiga, despertada pelo desejo de me aproximar de cenários familiares para viver academicamente o ambiente onde fui nascida e criada. No entanto, a Vila do Jubim me mostrou uma diversidade que minha experiência ainda não havia conhecido. Assim, mesmo que motivada pela familiaridade, fui confrontada ao processo de estranhamento, o meu encontro com o “Outro” ocorreu comparativamente, dada nossa familiaridade e estranheza mútua e concomitante, como abordarei no decorrer do texto.

Realizei pesquisa de campo antropológica, na intenção de produzir um trabalho etnográfico², com observação participante, diários de campo (Brandão, 1982) e entrevistas informais e abertas (Lima, 2016). Além disso, como já pontuado, realizei mapeamento participativo, com turnês-guiadas (Bernard, 1988). No processo posterior à produção dos dados em campo, realizei a triangulação dos dados, ou seja, a análise que produz um diálogo entre os dados produzidos pelas diversas técnicas de pesquisa de acordo com os temas em comum, a partir das “leituras flutuantes” (Bardin, 1977).

De maneira geral, pode-se caracterizar o meu processo de observação, enquanto relacional (Spencer, 2010 *apud*. Moura, 2017), já que a observação, nesse caso, não corresponde a uma análise estática de um cenário também estático, muito pelo contrário, estou eu mesma, enquanto pesquisadora, inserida no contexto social jubicense, estabelecendo relações sociais (por vezes de amizade) com os interlocutores desta pesquisa. Sendo assim, o trabalho resulta de interações produzidas pela pesquisadora, exigindo que eu considere minha posição social no ato de produção de meus dados e, por isso, este trabalho é em si parcial, inadmitindo universalidades (Haraway, 1995). No processo de observação relacional, há incrustada a premissa da participação. Desse modo, me aproximo da preocupação de Favret-Saada (2005) sobre a observação participante, considerando a importância de *participar*, estabelecendo essas relações, para que então seja possível fazer alguma *observação*.

² Trata-se de uma “intenção”, porque um trabalho etnográfico não se resume a um método, o compreendo como um modo de produção teórica que leva em conta o limiar dos conhecimentos produzidos na academia e no *lôcus* de trabalho de campo da pesquisadora (Peirano, 2014). Neste trabalho faço um esforço de descrição etnográfica.

No que se refere às técnicas de pesquisa supracitadas, cabe acrescentar que as memórias que uso para descrever os momentos em que estive junto aos moradores do Jubim estão escritas em um diário de campo, seguido da elaboração de relatórios de campo. Já as entrevistas são, em maioria, coletivas³, uma vez que poucas vezes estou sozinha em campo. Nessas entrevistas, nós (as pesquisadoras da equipe de gênero), as conduzíamos a partir do tema das relações de gênero em comum e, com o decorrer da conversa, cada uma colocava as perguntas específicas de suas pesquisas. Quanto ao mapeamento participativo, realizamos turnês-guiadas, que consistem em percorrer os lugares/paisagens/territórios acompanhadas de um guia local a fim de adquirir os pontos de GPS para elaboração de um mapa que valoriza a percepção de moradores em relação aos limites e etnozonas⁴ de sua vila. Esses dados foram trazidos para a análise etnográfica, uma vez que são importantes para a compreensão espacial da vila.

Produzi os dados em cinco idas a campo que duraram, em média, uma semana cada, somando um total de 35 dias em campo. Os meses que fui foram os seguintes: outubro de 2023, novembro de 2023, janeiro de 2024, março de 2024 e junho de 2024, o que me permitiu vivenciar pedaços de diferentes estações, acompanhada de mudanças de disponibilidades de espécies, já que “clima amazônico”, diferencia-se das divisões sazonais entre verão, primavera, outono e inverno, comuns em outras regiões do Brasil e do mundo. Na Amazônia, é comum que sejam percebidos o “verão” e o “inverno”, influenciados pela baixa e alta precipitação respectivamente, justificadas pelas “linhas de instabilidade formadas pela circulação de brisas oceânicas, [que] resulta em conglomerado de nuvens e é responsável, em grande parte, pelo aumento das chuvas na região” (Lima, 2024, p. 41).

O inverno e o verão possuem grande importância para as águas e, em consequência, para os pescados na Vila do Jubim. A disponibilidade de espécies de pescados variam entre o “tempo do doce”, no inverno, o “tempo do salgado”, no verão. Alguns marcadores narrados pelos interlocutores foram considerados para a elaboração desse modelo, ressaltando a “salga da água” e a queda das folhas dos “taperebazeiros”⁵, que anunciam o verão e “as água de Conceição”, ou seja, a chuva no entorno do dia de Nossa Senhora da Conceição, oito de dezembro, que anuncia o inverno. No Quadro I, elaborei um calendário básico das estações de

³ Realizei entrevistas com os demais pesquisadores do projeto, entre eles, Lucas Pereira, Sofia Furtado, Lucêni Hellebrandt.

⁴ “Etonozona” é um termo originado do conceito de “Etnozoneamento”, que segundo o Decreto nº 7.747/2012 é um “instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva”, as etnozonas são, então, as áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos e populações que participam de um processo de mapeamento participativo.

⁵ “Taperebazeiro” é o nome dado a árvore que dá o taperebá como fruto, também conhecido como cajá nas regiões sul e sudeste do Brasil.

verão e inverno no ano, representadas respectivamente pelas cores amarelo e azul, já no Quadro II, situo minhas idas a campo nessas estações do ano⁶.

Quadro I - Estações do Ano na Vila do Jubim.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Inverno					Verão						

Quadro II - Estações vivenciadas nas idas a campo.

Out/23	Nov/23	Jan/24	Mar/24	Jun/24
Verão		Inverno		

Além disso, gostaria de pontuar algumas questões relativas ao processo de primeira entrada em campo, já que, por estar com outros pesquisadores, existem particularidades que merecem ser mencionadas. A minha primeira vez em campo se desenrolou a partir de minha apresentação aos moradores que até então tinham maior afinidade com os pesquisadores mais antigos do projeto, uma vez que esses moradores eram parentes de um desses pesquisadores, esses moradores estão aqui representados pela Dona Noeli, com a qual tive mais contato. Além deles, fui apresentada ao Seu Panela, dono do bar que beira uma das praias do Jubim, chamada “Praia do Jubim”. Essas duas figuras são importantes porque a primeira corroborou para a ambientação logística, tendo em vista que nos hospedávamos em uma casa desocupada da família em meus dois primeiros campos, já a segunda é uma pessoa que, volta e meia, recorriamos buscando nomes de outras pessoas com quem conversar, em uma adaptação do *snowball* não linear⁷.

Como consta no Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (2024), as/os pesquisadoras/res possuem o direito de resguardar os nomes das/os interlocutoras e informações confidenciais caso representem risco físico, social e ambiental para os atores da

⁶ É importante destacar que essa marcação de início e fim de cada período não é exata e varia de forma contingente a cada ano, sobre a variação das estações de seca e chuva na região, Dona Sinhá, interlocutora de 91 anos de idade, destacou no dia 24 de outubro de 2023: “sem Deus na nossa vida, o que seria de nós? Tem gente que não acredita que nós temos Deus. Olha, Deus dá a chuva no tempo certo, né? Deus dá o verão no tempo certo. Tudo vem certo. Nunca vem agora de época. Olha agora, tá custando a chover. Esse grande calor imenso, que ninguém aguenta. Quando eu tô pra Belém, minha Nossa Senhora de Nazaré. Na casa que eu tava só vivia quente! Tomando banho e sacudindo a roupa, não aguentava aquele calor imenso. Eu disse assim: ‘Jesus, que grande quentura nesse mundo que a gente tá agora’, já sai do banheiro com calor de novo. É muito triste. *Parece assim que o céu está baixando*”.

⁷ O “*snowball*” é o modo pelo qual a pesquisadora consegue conhecer interlocutores futuros, pedindo indicações ao interlocutor anterior, funcionando, assim, de maneira linear (Baldin e Munhoz, 2020). No entanto, reconheço nesta pesquisa um processo não linear de indicações, tendo o seu Panela como um nome importante volta e meia procurado para indicar pessoas com quem poderia conversar.

pesquisa. No entanto, fui autorizada a usar os nomes verdadeiros nesse texto, já que avaliamos a inexistência de algum risco iminente com essa exposição. Além disso, o Projeto Maretórios Amazônicos se preocupa em produzir dados científicos com a participação dos moradores da vila, visando, caso seja do interesse deles, o uso desses dados para reivindicação de políticas públicas perante o Estado. Sobre isso, Cláudia Fonseca (2007) defende a importância de citar os nomes verdadeiros para criar um registro histórico e político, que pode ser usado posteriormente para os fins supracitados.

A “Água Temperada” do Jubim

Gostaria de evidenciar a complexidade de onde falamos, das Amazônias, resistindo à homogeneização do(s) território(s). Sou nascida e criada em Bragança, apesar de residir em Belém atualmente, e já a Vila do Jubim, localiza-se em Salvaterra, todos municípios costeiros das Amazônias. Tomo emprestado da Antropologia Urbana, que investiga a pesquisa entre atores de um mesmo contexto, os conceitos de “familiaridade”, “estranheza”, “proximidade” e “distância”, para tecer uma reflexão sobre a posição complexa que eu, enquanto pesquisadora amazônica, enfrento ao pesquisar nas Amazônias, desafiando, assim, as prerrogativas que simplificam o olhar sobre a região. Nesse sentido, ser daqui não me garante falar com propriedade sobre aqui em sua totalidade, já que se mostram Amazônias tão plurais (Porto-Gonçalves, 2001)

A Vila do Jubim está localizada no estado do Pará, no Arquipélago do Marajó, fixado na foz do Rio Amazonas. O Marajó se caracteriza por ser uma região estuarina, onde as águas doces encontram as águas salgadas do Oceano Atlântico e pelo entrecortar de rios e igarapés, constituindo um aglomerado de ilhas e ilhotas amplamente influenciadas pelas diversas formas d'água (Lima, 2024), as ilhas abrigam uma variedade de ecossistemas, de animais e também uma variedade de povos e modos de vida, com registros de presença humana há, pelo menos, 3500 anos antes do presente (Schaan, 2007; Gonçalves e Costa, 2020). Antes de refletir sobre como se desenrolam as dinâmicas focadas pelos estudos de gênero, é importante perceber descritivamente como este espaço se constitui segundo as moradoras do Jubim com as quais conversei.

A Zona Costeira Amazônica (ZCA) brasileira corresponde a uma região que ocupa desde o rio Oiapoque no Amapá até a baía de São Marcos no Maranhão, passando por toda a região costeira paraense. Possui 2.250 km de extensão, distribuídos entre grandes centros urbanos, municípios e vilas, onde diversos ambientes se encontram, como “praias, planícies

de marés, pântanos salinos e doces, estuários, manguezais, floresta de várzea, florestas tropicais, lagoas, lagoas, ilhas, rias, deltas, dunas, etc.” (Pereira *et al*, 2009, p. 4). Além disso, diversos povos e modos de vida coexistem na região Amazônica como um todo e na região costeira não seria diferente (Porto-Gonçalves, 2001).

Especificamente, eu e meus interlocutores residimos na Zona Costeira Paraense, que segundo a Lei Estadual nº 9.064/2020, é subdividida em setores, sendo eles: o Marajó Ocidental (setor 1), o Marajó Oriental (setor 2), o Continental Estuarino (setor 3), o Flúvio-Marítimo (setor 4) e o da Costa Atlântica Paraense (setor 5), conforme expresso na Figura I, onde também estão destacados os municípios de Salvaterra, Belém e Bragança.

É no Marajó Ocidental, no município de Salvaterra-PA, na foz do Rio Amazonas que a Vila do Jubim se encontra. No mapa preliminar do território da vila ilustrado na Figura II, nota-se a grandiosidade meândrica do Igarapé do Jubim, contornado por uma linha na cor branca. Este mapa foi produzido por nós, pesquisadores do Projeto Mares e Rios amazônicos, por meio do mapeamento participativo, preocupados em promover um instrumento de luta pela garantia do território frente às ameaças deixadas por grandes projetos de desenvolvimento na região amazônica, como, por exemplo, a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas.

Figura I - Mapa dos Setores da Zona Costeira Paraense.

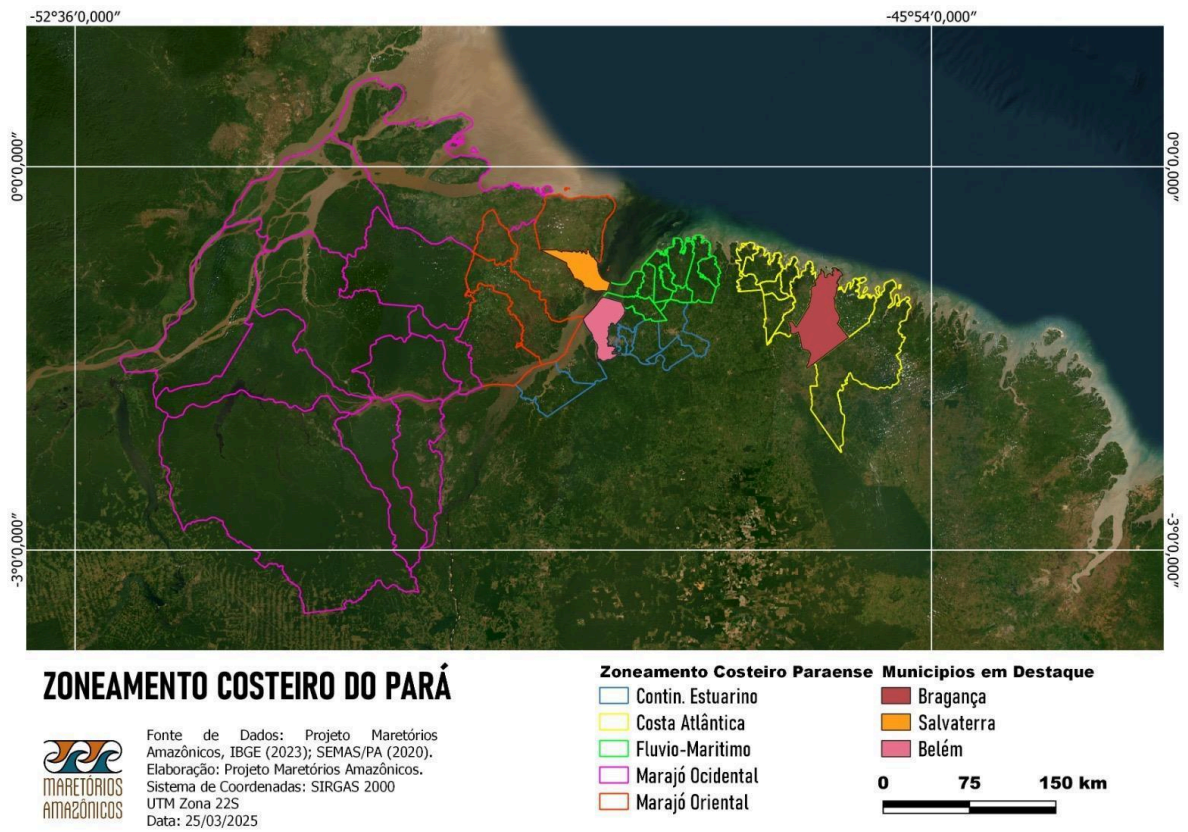
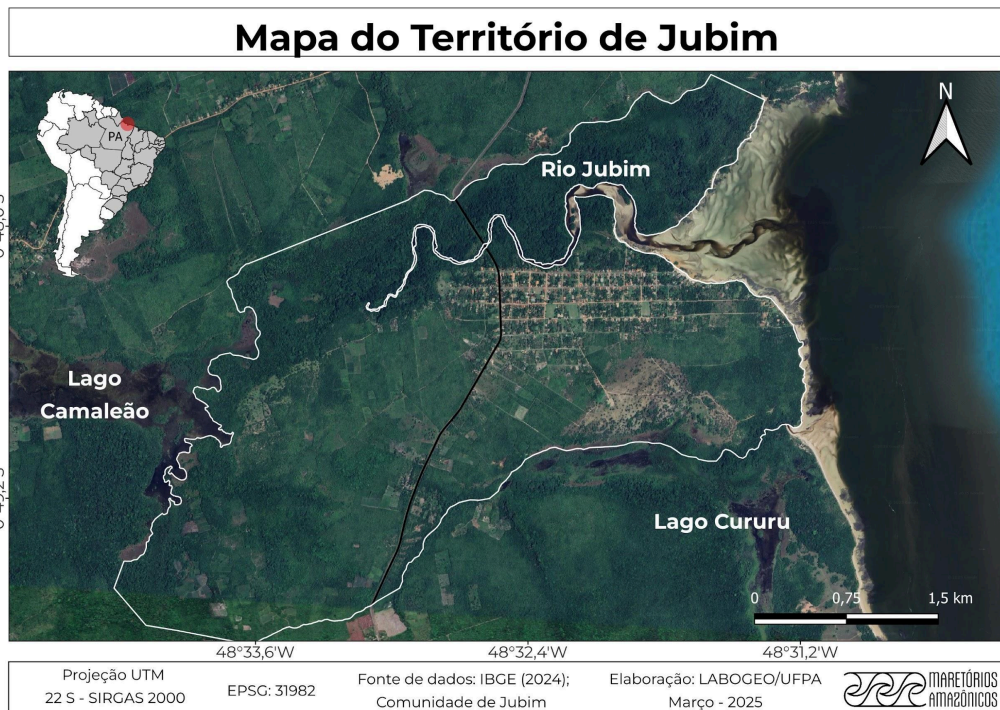


Figura II - Mapa preliminar do território Terrestre da Vila do Jubim



Para chegar até a vila do Jubim, saio de Belém (no setor “Continental Estuarino”), na lancha que parte do Terminal Hidroviário “Luiz Rebelo Neto” até o Porto Camará. Durante mais ou menos duas horas de viagem, atravesso a baía por entre as ilhas, até a Vila do Camará, no Arquipélago do Marajó. Ao chegar no porto do Camará, as balsas e as lanchas encontram as vans e alguns micro-ônibus estacionados esperando os passageiros para seguir em direção às diversas vilas ou à sede do município de Salvaterra, bem como em direção ao Porto da Balsa para quem segue viagem em direção à Soure, o município vizinho. Quando estamos na van, demoramos mais ou menos trinta minutos para chegar à Vila do Jubim. Ou seja, ao todo, levo duas horas e meia para ir a campo pelas vias de água e de terra. Em comparação às distâncias percorridas pelos antropólogos no início do século XX para a realização de seus campos em um contexto de expansão colonial, em meu caso, eu e meus interlocutores estamos muito *próximos* espaço-temporalmente, e somos, ainda, *familiares* uns aos outros. No entanto, estamos em contextos, modos de vida e de saber que se *estranham* em muitas instâncias e evidenciam os múltiplos mundos de vida costeiro-amazônicos.

Como mencionei, sou de Bragança, município que também é parte da Zona Costeira Paraense, localizado no setor “Costa Atlântica Paraense”. Tenho na lembrança as idas à praia de Ajuruteua em dias de sol e as visitas aos interiores da cidade, nas regiões das colônias e dos campos. Por estar banhada pelo oceano Atlântico, a chamamos de “região do Salgado paraense”. Em minha primeira vez na Praia do Jubim, fiquei surpresa ao pôr os pés na água e não arder uma ferida aberta em meu calcanhar. Foi o primeiro momento que eu me percebi agindo *comparativamente* com aquilo que minha memória remetia a uma “comunidade de pescadores”: o sal. Talvez não seja exagero dizer que o principal condicionante que permeia o que escrevo quando penso em minhas experiências no Jubim seja o sal e, mais que isso, esse mesmo condicionante se desdobra em um outro: nossas águas.

No Jubim, Bragança também é conhecida pelo sal, lá a salinidade da minha região fica evidente devido ao contraste comparativo, já que a Vila do Jubim é banhada pela Baía do Marajó, um estuário. Certa vez, Seu Nélio, um amigo e pescador da vila, caracterizou essa água como “temperada”, em uma analogia ao ir e vir do sal sazonalmente, já que a característica principal da chegada do verão é a “salga da água”, com a entrada da água do Oceano Atlântico no estuário devido à baixa precipitação, como relatam os moradores. Nélio se atenta para esse processo, o descrevendo como o “temperar” da água doce pela chegada do sal.

Em seu nome, a Vila do Jubim leva a contração da preposição “de” com o artigo definido “o”, uma vez que, como contam os moradores, tem-se a intenção de fazer referência

ao seu primeiro morador, o indígena Jubim. Foi incomum para mim a chamar dessa forma, visto que, em comparação às demais vilas do município, ela é uma das únicas denominadas fazendo referência a alguém. Por exemplo, as vilas do município de Salvaterra que cercam a Vila do Jubim, “Boa Vista”, “Passagem Grande”, “Ceará”, “Joanes”, todas são tratadas sem a definição de gênero na língua portuguesa, diz-se “estou em Boa Vista”, por exemplo.

A Vila do Jubim possui 14 travessas e 10 ruas, dessas, sete são paralelas e as três finais, já próximas ao cemitério, são inclinadas, como se surgissem de bifurcações inclinadas derivadas da sétima rua. Como se vê, chamamos-las pelas suas respectivas numerações ordinais, sendo a primeira rua, a que beira o Igarapé do Jubim, pode-se perceber que o histórico de ocupação da vila promove, em primeira instância, a ocupação da beira do igarapé, já que a primeira rua da vila é a que beira o Igarapé do Jubim. Ao descer essa rua acompanhando o desaguar do igarapé, chegamos à Praia do Jubim (também conhecida como Praia do Panela), à direita nesta praia, encontra-se a Praia das Meninas, seguida das Praias da Baleia e do Curuanã. Já à esquerda da Praia do Jubim, há a Praia da Bernarda.

Conheci mais sobre essas praias graças a Dona Eralda, uma amiga de 69 anos e moradora do Jubim desde a infância, que nos recebeu em sua casa e nos apresentou suas filhas: Aline, Léia, Sônia, Elba, Elayne e Thaise. Dona Eralda pontuou que a Praia da Bernarda leva esse nome graças a uma antiga moradora dela, a Bernarda, uma senhora idosa que viveu e morreu sozinha. Além disso, relatou que antes de se tornar o porto que é hoje para o desembarque pesqueiro, era onde ficavam os bares e restaurantes que hoje estão concentrados na Praia do Jubim⁸.

Foi com Aline, Elayne, seus filhos e sobrinhos, que caminhei da Praia do Jubim até o Curuanã em junho de 2024. Partimos em direção ao Curuanã, que é a praia limite entre o Jubim e uma outra comunidade chamada de Cururu, passamos pela Praia das Meninas, que leva esse nome, segundo a história, devido a três meninas que foram encontradas mortas, e hoje lá estão as três árvores em pé na beira da mesma praia, onde fiz a fotografia contida na Figura III. Em seguida, chegamos na Praia da Baleia, que leva esse nome devido a uma pedra que possui formato de uma baleia, esculpida pelos intemperismos do tempo. A partir daí, o caminho variava entre espaços de areia plana e pedrais até chegarmos à Praia do Curuanã, onde um outro igarapé toma forma: o Igarapé do Curuanã (Figura IV). É interessante perceber

⁸ O município de Salvaterra abriga diversas comunidades, entre elas a de Joanes, por exemplo, que se caracteriza pelo apelo turístico, a Vila do Jubim, por sua vez, não é muito acionada pelo turismo em comparação a esta, apesar de já ser possível atestar algum apelo turístico emergindo na região.

que a comunidade é marcada, de norte a sul, pelos igarapés do Jubim e do Curuanã respectivamente.

Figura III - Praia das Meninas. Acervo pessoal.



Figura IV - Igarapé do Curuanã. Acervo pessoal.



Conversando com os moradores do Jubim, noto que quando falo sobre Bragança, todos têm alguma ideia de como é o lugar. Alguns já foram até lá, como me contou Dona Eralda, que conheceu a cidade a passeio, ou como explana Seu Nélio quando coloca “Lá já é o salgadão, né?”. Então eles possuem, de diversas maneiras, familiaridade com a região. Para os pescadores, a “região do salgado” é particularmente conhecida, visto que quando o pescado está escasso nas áreas mais próximas ao Jubim, eles se deslocam até regiões mais distantes, como é o caso da ida até a “região do salgado”, especificamente até o município de Salinópolis, um pouco antes do município de Bragança. Além disso, na vila, com a variação sazonal climática, e o processo de “salga da água”, há uma mudança na disponibilidade de espécies entre o verão e o inverno. Assim, é comum que nos contem sobre as variadas marcas⁹ de pescado, discriminando-as comparativamente entre as “do doce” e as “do salgado”.

A exemplo dos peixes, percebo o desenrolar das influências de minha posição em campo. Em outubro de 2023, fomos ao porto da praia da Bernarda, logo no horário da chegada dos barcos, naquele dia tinha sido mais ou menos às 12:00 horas, queríamos comprar um peixe para assar no almoço. Tivemos uma conversa com um dos pescadores que puxava uma carroça de madeira onde vários peixes estavam empilhados, foi quando afirmei ser bragantina, na tentativa de demonstrar algum conhecimento sobre os peixes, como quem tenta diminuir as distâncias. A água estava no “tempo do salgado” naquele período, por isso havia “bandeirado”¹⁰ à venda, o meu peixe preferido para comer assado! Tendo em vista que era bragantina e havia pedido o bandeirado, prontamente o pescador disse “você gosta muito dele pra lá, né?”, eu confirmei, voltei para casa e comi o peixe assado com açaí, que estava delicioso. Depois do almoço, ao refletir sobre o corrido, notei que esse e outros acontecimentos produzem acionamentos de certa familiaridade.

Nesse sentido, a Vila do Jubim é *familiar* a mim (Velho, 1981), no entanto isso não necessariamente significa que eu os conheça por dentro. Poderia dizer que está próximo ao que Magnani (2002) contribuiu quando escreveu sobre um fazer etnográfico “de perto e dentro”, em que estar de perto fisicamente, produzindo certa familiaridade entre os atores, não significa necessariamente a estar de dentro, ou seja, estar imersa nas nuances que permitem uma produção de dados de pesquisa contextualizada. Dada essa complexidade produzida pela minha posição, a familiaridade e a estranheza são acionadas mutuamente, porque estou nessa

⁹ “Marcas de peixes”: é uma tipificação dos peixes feita pelos moradores do Jubim.

¹⁰ O “bandeirado” foi identificado pelo projeto Maretórios Amazônicos como *Bagre bagre* Linnaeus, 1776.

condição de familiaridade e proximidade ao mesmo tempo em que estou numa condição de estranheza e distância.

A antropologia clássica assenta suas bases em um Grande Divisor¹¹, isto é, “Nós” e os “Outros”, sendo uma disciplina que surge entre os séculos XIX e XX entre estudiosos europeus, é possível afirmar que o “Eu” a que se refere o Grande Divisor, trata dos “ocidentais”, enquanto que os “Outros”, tornam-se o “resto” dessa representação eurocêntrica, como denominaria Stuart Hall (2016). Assim, o “objeto” de pesquisa da antropologia se fixou nesse Outro homogêneo não europeu. Contudo, pesquisadoras(res) críticas(os) à modernidade já assumem posições epistemológicas que tentam romper estruturas de poder que nos colocam como “resto”, reivindicando a importância de localizar de onde falam as produtoras(res) de ciência. Tendo isso em vista, eu e meus interlocutores estamos ecoando nossas vozes de um contexto amazônico, previamente colocado à mercê de uma estrutura que nos coloca como “Outros”. Entretanto, ao contrário do que se pensa em grande escala quando somos diminuídos a “resto”, a mesma Amazônia que compartilhamos não garante que nossas experiências de vida, ambiente e conhecimentos sejam as mesmas, sendo nossas águas uma confirmação material disso.

Segundo Porto-Gonçalves (2001), as imagens coloniais criadas sobre a Amazônia concentram ideias inventivas a respeito de nossos territórios. Destacam-se a visão de uma “natureza intocada e infinita”, a ideia de “pulmão do mundo”, a noção de “vazio demográfico”, a percepção de uma região pobre e dependente e de uma “terra sem lei”. Elas se intercalam entre determinados períodos, produzindo nesses períodos uma imagem fixa da Amazônia, que é produzida a partir de atores sociais exógenos, impondo uma visão homogeneizadora sobre um território de imensa diversidade social e ambiental. Assim, diante da colonialidade do poder (Quijano, 2005), impõem-se aos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, e outros, que vivem nessas terras há mais de mil anos e que produzem e reproduzem processos de construção de pessoas e lugares diversos, a triste homogeneização de seus modos de vida.

As reminiscências coloniais promovidas pelos Estados nacionais (Santos, 2015), levam a cabo um processo de catalogação dessas identidades, entre “indígenas”, “quilombolas”, “ribeirinhos”, e outros grupos também afetados pelo processo de homogeneização no exercício da sua cidadania. Entretanto, como aponta Joicieli Lima (2024), ao tratar da produção da identidade de “ribeirinhos” em comunidades e em um

¹¹ Ver mais em GOLDMAN, Marcio; LIMA, Tânia Stolze. Como se faz um grande divisor. In: GOLDMAN, M. Alguma antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 83-92, 1999.

município do Marajó Ocidental, as diversas formas de apresentação das águas, entre rios, baías, igarapés, chuvas e igapós, são as promotoras da fluidez com a qual essa identidade se apresenta. Desse modo, a redução da identidade ribeirinha na simples “relação das populações com o rio”, nega a complexidade das Amazônias que se exibe em suas também complexas formas d’água.

Assim, tendo em vista que eu e minhas interlocutoras estamos perto e somos familiares uns aos outros e que, simultaneamente, estamos constituindo esse território diverso e plural, posso dizer que estou fazendo pesquisa em uma posição ambivalente, em que estranhamento e familiaridade se mesclam, ao perceber comparativamente nossas similaridades e diferenças, tendo em vista o contraste entre minha vivência no Jubim enquanto pesquisadora e minhas referências trazidas na memória da água salgada bragantina. O acionamento da comparação entre lá e cá que tanto eu quanto as interlocutoras fazemos, no decorrer de nossas conversas, corresponde a uma alternância entre o familiar e o estranho. Dessa forma, do encontro entre mim e as interlocutoras, somos guiadas pelo sabor de nossas águas, que evidenciam nossa heterogeneidade circunscrita nas Amazônias costeiras que compartilhamos.

“Eu gosto de tarrafejar!”

A pesca no Igarapé do Jubim tem como foco os camarões, apesar de serem capturados peixes também. Essa pesca é realizada de acordo com os ciclos de maré, sendo pescados, pelo que consta nos dados produzidos, quatro tipos de camarões: “cascudo”¹², “liso”¹³, “pitú”¹⁴ e o “tigrado” ou “pitú preto”¹⁵. A captura de cada um deles possui características que dependem da maré e, por consequência, das variações da lua e das estações do ano. As marés no Jubim, são caracterizadas como “de lanço” e “de quebra”, sendo a primeira, uma maré que enche e vaza um grande volume de água, podendo ser caracterizada como um período de “águas grandes” e já a segunda, é uma maré que enche e vaza menos e, por isso, por vezes, também é chamada de “maré morta”. Essas marés sofrem influência de períodos lunares que justificam tal mudança como consta no Quadro III. Elas são importantes para a pesca no igarapé, já que interferem na qualidade da pesca. Leidiane, uma pescadora conhecida na vila, certa vez falando sobre os camarões cascudo e liso, explicou que a maré de lanço não “era boa” para os

¹² *Macrobrachium amazonicum* Heller, 1862.

¹³ O “liso” foi identificado pelo projeto Maretórios Amazônicos como *Xiphopenaeus kroyeri* Heller, 1862.

¹⁴ *Macrobrachium rosenbergii* De Man, 1879.

¹⁵ *Penaeus monodon* Fabricius, 1798.

pesca usando a tarrafa, que é a arte de pesca mais utilizada pelas minhas interlocutoras, pois eles se escondem debaixo do barranco do mangue que beira o igarapé, e, por isso, a maré mais adequada para essa pesca seria a maré de quebra.

Quadro III - Dinâmica de maré mensal na Vila do Jubim.

Lua	Nova	Crescente	Cheia	Minguante	Nova
Maré	Lanço	Quebra	Lanço	Quebra	Lanço

Neste tipo de prática de pesca, além da influência das marés, há a influência das estações do ano, uma vez que o camarão cascudo é frequentemente encontrado no “tempo do doce”, no inverno, quando as águas das chuvas e dos rios estão em maior volume, enquanto o liso é mais encontrado no “tempo do salgado”, no verão, quando há o período de estiagem e a entrada mais significativa da água do oceano na região, no processo que caracteriza a “água temperada do Jubim”.

Já no que concerne ao pitú e ao tigrado, é comum que afirmem “eles têm os pontos deles”, ou seja, regiões específicas onde se deve “tarrafejar”. Dessa forma, tanto no que concerne às condições promovidas pela lua nas variações mensais do volume de água, quanto às enchentes e vazantes diárias ou nas diferentes estações do ano, o regime das marés possui influência central no dia a dia de quem pesca. Como afirmou Jady “pra ir [ao igarapé] depende da maré”.

Quando a maré tá enchendo, aí tem os pontos de pitú, onde ele sai. Os pitú ficam debaixo do barranco. A gente pega aí na maré seca, mas quando a maré tá no começo da enchente, ele sai e a gente pega bastante (Dona Léia, dia 10 de junho de 2024).

Evans-Pritchard (1978), quando escreve sobre os Nuer, destaca como o tempo está intimamente ligado a uma dinâmica circular, movida pelos ciclos naturais a sazonais, lunares e solares articulados ao fluxo da vida social. Assim, funda a ideia de "tempo ecológico" como um fator crucial na organização social daquele grupo e nas atividades desenvolvidas, influenciando quando plantar, colher ou realizar rituais. Os Nuer estariam atentos às variações climáticas e às transformações do ecossistema, o que exigiria um conhecimento profundo do ambiente ao seu redor. A relação entre o tempo, o conhecimento e o espaço revela como as sociedades humanas não apenas existem em si mesmas, mas também interagem e moldam seu ambiente e vice-versa. Tendo isso em vista, tomando emprestado do autor a noção de “tempo

ecológico”, que já está incumbida de análises que a conecta aos povos e comunidades caracterizadas como “tradicionais” na Constituição de 1988 no Brasil, nota-se como o ciclo de marés, o ciclo lunar e a sazonalidade climática são norteadoras da pesca no igarapé. Mais que isso, há uma dinâmica das águas, entre o igarapé, as marés e a chuva que respectivamente se relacionam a essas três condicionantes.

Era verão em outubro de 2023 quando fui ao quintal da casa que nos hospedamos na primeira rua da Vila do Jubim. Alguns mosquitos me acompanharam no caminho até seu limite onde em pé, entre as grandes raízes de árvores do mangue, encontrei a beira do Igarapé do Jubim pela primeira vez. Precisei registrar a beleza das águas amareladas que com a luz do sol espelhavam uma cor de amarelo esverdeado (Figura V). Até aquele momento não sabia, mas o igarapé seria um dos atores da relação que instigou meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Figura V - O Igarapé do Jubim. Acervo pessoal.



No decorrer das estadias em campo, fui aprendendo ainda mais sobre as dimensões espaciais do igarapé, que até então só o conhecia em pedaços. Fomos convidadas por Dona Léia para acompanhar ela, seu marido Neto e seu filho Anthony a uma ida ao igarapé de montaria, que é um dos tipos de “casco”¹⁶ utilizados, funcionando como uma canoa movida a remo. Foi com eles, depois de repetirmos duas vezes o passeio, que aprendi mais sobre o

¹⁶ Casco é um termo guarda-chuva utilizado para se referir aos diversos tipos de embarcações encontradas na vila, entre elas: montarias, barcos, botes etc.

igarapé, já que possuíamos o objetivo de etnozoneá-lo para fins de entrega de produtos no Projeto Maretórios Amazônicos.

Em junho de 2024, ao os acompanhar em uma ida ao igarapé, Dona Léia levava consigo um balde, uma faca, alguns lanches e sua tarrafa. Naquele dia, a maré “tinha dado”¹⁷ às nove horas da manhã, por isso, mais ou menos a essa hora, subimos até a cabeceira do igarapé, indo a favor da enchente da maré, enquanto ela me falava os nomes de cada “pução”, ou seja, regiões mais profundas, como poços, onde geralmente se tarrafeava. Para tarrapear, Neto, que remava, precisava estabilizar a montaria, fazendo-a permanecer no mesmo lugar, movendo o remo contra o percurso que a água fazia. Com a embarcação estabilizada Dona Léia podia ficar em pé para lançar a tarrafa. E quando ela a puxava de volta e soltava o pescado dentro do casco, nossa tarefa era recolher os peixes e camarões para dentro do balde, onde eles pulavam, “querendo viver”, como dizia Neto para nos fazer rir.

A tarrafa é usada para pescar tanto camarões quanto peixes. No primeiro caso ela é uma rede de pesca circular equipada com chumbos em sua borda e uma corda amarrada ao centro do círculo, no segundo caso, para a pesca de peixes, ela precisa conter um saco que segue toda sua borda, para que, ao ser puxada do fundo do igarapé pela corda, eles fiquem presos nesse saco. Aparecida, que é nascida e criada na Vila do Jubim, certa vez me mostrou sua tarrafa, tecida por ela mesma, enquanto a lançava na beira da Praia da Bernarda. Nesse dia, em pé na terra firme, tentei arremessar, sem muito sucesso!

Para “tarrapear”, ou seja, arremessar a tarrafa, é preciso enrolar a corda junto com a parte da rede e segurá-las com o pulso, em seguida, um dos chumbos de sua borda deve ser segurado entre seus dentes, e, com a mão dominante, segura-se do outro lado da borda, e, por fim, com o impulso adquirido pelo giro do tronco, a tarrafa é arremessada. Nesse processo, é importante que ela desça até o fundo da água o mais aberta e redonda possível, para conseguir prender os camarões, peixes e siris. Além de todo este trabalho corporal, Dona Léia, diferente de Aparecida que tarrafeia na beira da praia, costuma tarrapear em cima da montaria no igarapé, tendo que realizar todo esse processo se equilibrando em pé na canoa.

No meio do caminho Dona Léia avistou um “tralhoto”¹⁸ e em seguida, prontamente, perguntou “vocês conhecem a história da pescada e do tralhoto?”. E passou então a nos contar a história de que a “pescada”¹⁹ enganou o tralhoto ao pedir emprestada sua pedra, que lhe permitia permanecer nas águas mais profundas. Sem nunca devolver a pedra ao tralhoto, este

¹⁷ A hora que a “maré dá”, é a hora em que a vazante ou a enchente começam. Nesse caso, tratava-se na hora inicial da enchente.

¹⁸ O “tralhoto” foi identificado pelo *FishBase* como *Anableps Scopoli, 1777*.

¹⁹ A “pescada” foi identificada pelo projeto Maretórios Amazônicos como *Cynoscion acoupa* Lacepède, 1801.

último teria ficado fadado a viver em águas rasas, enquanto a pescada permaneceu no fundo das águas. E concluiu afirmando: “é só abrir uma pescada pra ver a pedra na que ela tem na cabeça”.

Nota-se, aqui, um aspecto importante da relação de Dona Léia com o Igarapé do Jubim, já que ao narrar essa história, ela revela uma percepção que introduz agência a seres outros-que-humanos, em contrapartida a uma visão utilitária daquilo que entendemos como parte da “natureza”, como esses peixes. São diversas os autores que atentam para a agência de outros-que-humanos no cotidiano da vida de diversos povos e populações (Viveiros de Castro, 1996; Lima, 1996; Otero dos Santos, 2016 e Almeida Matos, 2019; De La Cadena, 2020). Entre os outros-que-humanos, estão entidades caracterizadas como de ordem “natural”, que, ao serem revestidas de agência, interagem com os humanos seja na constituição de pessoas, parentesco e lugares. Ailton Krenak (2022) aponta criticamente para a existência de uma visão utilitarista que predomina na sociedade colonial/moderna, onde tudo é medido pelo seu valor econômico ou funcional, inclusive e predominantemente a natureza. No entanto, aponta também para saberes e fazeres disruptivos que produzem conexões e significados que vão além do que pode ser quantificado pelos “consumidores do planeta”. Os peixes, a pescada e o tralhoto nesse caso, extrapolam a condição de “recurso natural”, à medida que são agentes de suas histórias.

No mesmo dia, fomos até uma região onde o igarapé se estreita e as paisagens do mangue que o beira começam a desaparecer, dando lugar exclusivamente às palmeiras de açaí. Por todo percurso, enquanto me mostravam os lugares, eles me apresentavam os nomes daqueles locais. Passamos pela “Seringa”, pela “Água Preta”, pelo “Poço das Piranhas” até chegar ao “Assacu”, quando então decidimos descansar na beira e conversar sentados em um tronco caído de uma palmeira de açaí esperando a vazante chegar, que naquele dia provavelmente se iniciaria às 14:00 horas. É habitual ir ao igarapé na enchente e voltar na vazante, para “descansar o braço”, como diziam, já que a volta na vazante acompanha o fluxo da água em direção ao deságue do igarapé e se economiza o esforço das remadas.

Depois retornamos para a vila, fomos fritar as “caratipiocas”²⁰ pescadas e cozinhar os camarões para o almoço, que foi servido lá pelas 15:00 da tarde. Durante o preparo dos alimentos conversamos sobre o destino que se dá aos pescados, Dona Léia afirmou:

A gente aqui vai, é mais pro nosso alimento, às vezes a gente vende, troca por farinha, aqui é tudo parente, né? A gente toma uma viagem pra ir pescar, fazer o

²⁰ *Curimata cyprinoides* Linnaeus, 1766

tacacá, eu, ela [aponta], e uma outra. Pegar os camarões. (Dona Léia, dia 10 de junho de 2024)

As mulheres mais velhas narram algo similar, Dona Sinhá, Dona Clementina e Dona Noeli, discorrem sobre suas idas ao igarapé na juventude e quando perguntadas sobre a venda de sua pescaria, elas afirmam que era “mais pra consumo mesmo”, ou que vendiam “quando sobra”, narrando que também trocavam os alimentos quando a prática ainda era comum. Elas me contaram também que nem sempre a pesca no igarapé se deu com o uso de tarrafa, no seu tempo de juventude, era comum usar os camaroeiros, que são como puçás, formados por um aro rígido que possui uma rede costurada ao seu redor com um grande cabo para manusear.

Eu só nunca quis pescar na baía, porque eu tinha medo das maresias²¹. Mariscava por aqui, pelo mangal, nós pegava camarão. Nesse tempo, olha... agora tudo tá mudado, porque onde nós mariscava tá formando banco de areia, tá secando os becos do igarapé, bem ali tinha um beco que a gente entrava, né? Aqueles becos de Igarapé, agora não tem mais, tá virando só praia, praia mesmo, não tem mais por onde mariscar beirando. Nesse tempo, o pai da gente fazia aqueles, que a gente chama, puçá, camaroeiro, né? Falava assim “pai, faça um camaroeiro pra nós”. Ele pegava a linha, tecia, e a gente saía pra mariscar. Aí a gente ia, tinha aqueles becos. Aí a gente ia, tinha aqueles becos de igarapé que entrava assim, a gente saía atravessando os camaroeiros de um lado ao outro, pegava tudo quanto era tipo de peixe, camarão, caranguejo, a gente tirava, pegava tudo isso. Agora não, tá secando. Onde a gente mariscava secou tudo. Pra cá aqui nessa Bernarda, tá secando tudo, tá formando bancos de areia. O Rio Amazonas tá bem seco agora, vocês já viram como tá? (Dona Sinhá, dia 24 de outubro de 2023)²².

Por volta dos meus vinte anos, né? Eu casei com 22 anos. Meu marido também era pescador. Mas só que ele era assim pro alto mar, né? A gente é aqui mesmo na beira. Eu, a minha irmã, uma de criação que eu tinha, a gente era tudo por aqui mesmo, na beira. Eu atravessava o rio pra pegar camarão. Na época, agora não, tá mais fácil porque agora essa de hoje né já é uma tarrafa, que joga tarrafa pra pegar o camarão. Na nossa época não, era tipo um puçá, arrastava pra pegar né? [...] Um puçá, a gente chama camaroeiro, tipo um puçá. Acho que vocês nunca ouviram falar (Dona Clementina, dia 26 de outubro de 2023)

Além da tarrafa, atualmente se usa o matapi, que é uma outra arte de pesca, funcionando como uma armadilha com o foco de pescar camarões, ela é composta por uma base cilíndrica que permite os camarões entrarem, mas dificulta sua saída, podendo ser feita de tala de “buritizeiro”²³ ou de garrafa pet. Para atrair os camarões, é colocada uma isca de coco babaçu. No entanto, percebi que, para minhas interlocutoras, o matapi não era tão utilizado quanto a tarrafa, já que a última permitia com que se pescasse camarões maiores,

²¹ “Maresia” aqui se refere à movimentação das águas, que faz com que as embarcações balancem.

²² Em 2023 a Amazônia passou por um período de seca histórico. Para mais informações ver: “2023: o ano em que a Amazônia secou”. Instituto Socioambiental, 19 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/2023-o-ano-em-que-amazonia-secou>. Acesso em: 20 de março de 2025.

²³ “Buritizeiro” é a árvore que dá o fruto “buriti”.

além de ser uma prática que elas demonstravam maior prazer em fazer, como afirma Aparecida e Dona Léia:

Agora o Igarapé mesmo que eu gosto. Eu gosto de tarrafejar! Quando eu vou assim não gosto de voltar logo, gosto de vir quando tá bem camarão. (Aparecida, dia 13 de janeiro de 2024)

Aqui a gente sempre vamos, quando o Neto não tá trabalhando, a gente sempre vai pra Igarapé. Fica lá, é legal. Eu gosto. (Dona Léia, dia 10 de junho de 2024)

Com Dona Léia, antes de irmos em direção ao porto em que a montaria estava estacionada para seguirmos esse passeio pelo igarapé, ela nos mostrou um vídeo em sua casa de uma outra pescaria que fez com sua família, quando avistaram um bicho preguiça atravessando com tranquilidade o igarapé. Em seguida ela nos narra que, desta vez, foram pescaram e esperaram a vazante da maré chegar enquanto assavam o peixe para almoçar ali mesmo no açazal da beira do igarapé, disse que “foi muito legal!”. Diante disso, percebi que além de poder ser interpretada como uma atividade de lazer, a pesca no igarapé não possui como finalidade a comercialização do pescado, apesar de acontecer. As narrativas de Aparecida e Dona Léia evidenciam não apenas a preferência pela tarrafa, mas também o prazer que essa prática proporciona, a pesca se revela como um momento de compartilhamento que reforça a interação entre parentes, amigos e o ambiente.

Entre trabalhar e gostar: reavaliando a divisão sexual do trabalho

Em outro dia do mesmo mês, em junho de 2024, na casa de Dona Léia, ela e Mara marcavam uma ida ao igarapé. Na conversa, Léia indagou Mara: “vai trabalhar amanhã?”, ao que Mara respondeu “não”, Léia continuou, “então dá pra gente ir”. Nos preparativos para ir ao igarapé conosco, Dona Léia fez um comentário similar, só que dessa vez em relação ao Neto, seu marido, e me disse: “Neto não vai tá trabalhando, então dá pra gente ir”. Quando ela conversou com Mara, minha mente trouxe a lembrança de sua fala em relação ao Neto e, dessa maneira, “trabalho” entrou em questão em meu trabalho de campo, já que esse diálogo permitia supor que a pesca não seria um “trabalho” para eles, ou que, pelo menos, não seria o único.

As diversas informações acumuladas até o momento permitem a promoção de diálogos críticos sobre as abordagens de pesquisadoras que estudam mulheres ou relações de gênero no contexto da pesca. Isso ocorre porque essas pesquisadoras direcionam suas análises

para a "organização social" da atividade pesqueira, a qual se desdobra na "divisão sexual do trabalho". Assim, em sendo friccionada a noção de "trabalho" para a pesca no Igarapé do Jubim, pode-se friccionar também o "padrão" da organização social do trabalho e sua divisão sexual canonizado no contexto pesqueiro.

Ellen Woortmann (1992), Edna Alencar (1993) e Maria Cristina Maneschy (1995) são autoras importantes, uma vez que, a partir de seus trabalhos de campo, é possível afirmar existir esse "padrão" (como afirmou Kirla Anderson, 2007) da organização social do trabalho e sua divisão sexual. Segundo elas, as divisões organizacionais da vida (centradas na ideia de "trabalho"), constituíam-se pela divisão entre mar e terra, onde o mar seria de ordem masculina e a terra de ordem feminina. Isso significa dizer, então, que, para essas autoras, as atividades em terra, de pré e pós captura do pescado seriam um "papel" feminino, enquanto a captura em si seria um "papel" masculino.

Soma-se a essa discussão, uma sugestão de que haveria também uma subdivisão do mar. Edna Alencar (1993) ao recapitular reflexões acadêmicas sobre os "povos das águas", cita Simone Carneiro (1979) para discorrer sobre essa subdivisão, Carneiro constatou, entre pescadores artesanais da região nordeste do país, que o mar pode aparecer como "mar de fora" e "mar grosso", quando se trata do "alto mar", ou "mar de dentro", quando seus interlocutores se referem a praias ou arrecifes, que podem ser simbolicamente referidos também, como "mar de terra". Esse último termo, mostra-se em um esforço de reivindicar o "padrão" de divisão sexual do trabalho, já que, como afirma Woortmann, neste "mar de fora" se desenvolve o trabalho masculino, enquanto que no "mar de dentro" homens e mulheres exerceriam atividades produtivas em "terra".

Maria Angélica Motta-Maués (1999), ao recapitular a trajetória do debate de gênero em comunidades de pesca, destaca um problema político que acompanha a situação das mulheres no contexto pesqueiro: a sua invisibilidade, que poderia ser entendida como a desvalorização do seu trabalho. O trabalho desempenhado por mulheres foi tido como trabalho de reprodução social, o argumento dessas autoras reside no entendimento de que o trabalho de "reprodução social" dá condições para o trabalho "produtivo" dos homens, e que por isso aquele é necessariamente produtivo tanto quanto este. No que concerne à pesca, os processos pós e pré captura são tão essenciais quanto a captura em si.

Nesse contexto, Edna Alencar (1993) atua na tentativa de reverter esse cenário de invisibilidade, seu texto busca evidenciar a valorização do trabalho feminino no processo da pesca, entendendo-o como tão necessário quanto o masculino. Vale lembrar que, quando se trata de atividades pré e pós captura, as autoras estão falando do beneficiamento do pescado,

ou seja, do “tratamento dos peixes”, como diriam meus amigos do Jubim: o processo de limpeza dos peixes, onde se faz um corte em suas barrigas e retirar as suas vísceras para os conservar (salgar ou refrigerar) em seguida. Para Edna Alencar há, ainda, as atividades de cuidado, em que as mulheres se dedicam à manutenção das redes de pesca, sejam aquelas materiais que elas mesmas tecem e jogam na água, ou as sociais, quando assumem as tarefas cotidianas de cuidado doméstico e familiar.

Também no que se refere a denúncia a invisibilização do trabalho de mulheres no contexto pesqueiro, Norma Vieira e Nívia Costa (2018), ao realizarem pesquisas em Bragança com mulheres de comunidades pesqueiras, tensionam a ascensão da nomenclatura “marisqueiras” para fazer referência às pescadoras da região. Para elas, há justamente no termo “marisqueiras”, a tentativa de distanciar as mulheres que a praticam do título de “pescadoras”, reforçando-se, assim, a posição da “pesca” como atividade masculina. A catação de mariscos, ao ser entendida como uma atividade feminina, também é desvalorizada.

É diante desse cenário que Edna Alencar (1993) propõe a noção de “pescadeiras” pois, segundo ela, a prevalência do modelo analítico dicotômico de divisão do trabalho, com homens atuando no mar e mulheres na terra, é problemática ao desconsiderar as atividades femininas nesse contexto, para além da desvalorização sistemática de atividades subjacentes à captura realizada por elas em ambientes terrestres. Assim, chamar suas interlocutoras de “pescadeiras” é uma forma de a autora destacar a inserção das mulheres no conjunto atividades pesqueiras, sejam eles onde forem: na terra, no mar ou na lama dos mangues.

As autoras citadas até aqui rompem barreiras importantes para a luta do reconhecimento do trabalho feminino e sua visibilização. Em 1992, Ellen Woortmann já notava o quanto esse “padrão” possui em sua essência um olhar masculino sobre a vida em comunidades pesqueiras, e o quanto sua binariedade é rompida a partir do olhar das mulheres. No entanto, além do rompimento desse padrão, a Vila do Jubim nos levanta um debate sobre o cerne dessa divisão sexual: a prevalência da categoria “trabalho”.

O debate sobre a valorização do trabalho produtivo de mulheres não se inicia na contemporaneidade. O texto de Engels (2018), “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, dá a sistematização inicial a uma percepção, inserida na lógica materialista, de que a origem da opressão feminina e da propriedade privada seriam necessariamente alinhadas. O autor recorre ao evolucionista Lewis Henry Morgan para recordar o processo de constituição da família tal qual conhecemos hoje. A passagem do que ele entende como povos “primitivos” para sociedades “civilizadas” teria correspondido a uma mudança nas dinâmicas de constituição de parentesco, o que teria dado origem ao patriarcado. Assim, com o

surgimento das propriedades privadas, a passagem geracional da posse de herdeiros, segundo o autor, dependeria do reconhecimento de uma linhagem patriarcal. Por isso, da matrilinearidade e liberdade sexual feminina “primitiva”, teria sido transposta, segundo seu argumento, para o controle sexual feminino em conjunto com a patrilinearidade “civilizada” (Morgan *apud*. Engels, 2018). Tendo isso em vista, Engels conduz a sua argumentação construindo uma análise que divide os trabalhos masculino e feminino em, respectivamente, produtivo e reprodutivo, sendo apenas o primeiro supostamente produtor de mais-valia, pois diretamente responsável, na modernidade, para a produção de mercadorias. É diante dessa argumentação que as feministas materialistas irão tecer suas críticas e disputarão a importância do trabalho de “reprodução social” para a manutenção da vida, inclusive a do trabalhador masculino, e, portanto, para a possibilidade de produção de mais-valia.

Adriana Piscitelli (1997; 1998) e Donna Haraway (1995; 2000; 2004) ao retomarem tais análises materialistas em seus trabalhos de revisão histórica sobre o debate feminista ao longo dos anos, nos chamam atenção, entretanto, para os supostos da teoria de Engels sobre a origem do patriarcado. Conforme elas demonstram, haveria uma questão escamoteada ao assumir como condizente a articulação entre mudanças nas estruturas de parentesco e opressão das mulheres que Engels faz, isto é, a presunção de que a opressão das mulheres tenha um lastro natural, pois atrelada à própria capacidade reprodutiva feminina, o que representaria uma cristalização dessa opressão, tornando-a supostamente imutável. Ou seja, que “a operação essencializadora está na estrutura ontológica do trabalho ou na estrutura de seu análogo (a atividade das mulheres)” (Haraway, 2000, p. 54).

A “água temperada” do Jubim, uma vez que muito volátil em sua composição (o “tempero”) e volumes (marés), criam um ambiente de ainda maior ambivalência, que não permite traçar um diálogo com conceituações rígidas que se desenrolam em compreender alguma “organização social”, é por isso que trato de uma relação entre o Igarapé e as interlocutoras. Muitos dos “padrões” estabelecidos pela bibliografia sobre pesca são corrompidos na vila, principalmente no que concerne às mulheres que pescam no Igarapé.

Se eu produzisse um esforço de me adequar e seguir o padrão das análises estabelecidas previamente, a divisão entre um “mar de fora” e “mar de dentro”, ou “mar de terra”, se aproximariam da pesca realizada na Baía do Marajó (e nas demais etnozonas longínquas de pesca utilizadas pelos pescadores) e no Igarapé do Jubim respectivamente, o que criaria a sugestão de que homens e mulheres se dividem nesses lugares. Contudo, no Jubim, a pesca não é operada desta maneira: apesar de minhas interlocutoras serem de uma maioria feminina, é comum que homens, principalmente os homens velhos, de uma geração

de avós, também frequentem o igarapé para pescar, além de existirem mulheres que pescam na Baía do Marajó. Assim, essa representação é repensada, dado o histórico de ocupação desses espaços em sua ambivalência, que não permitem fixar um “papel” feminino e masculino.

Antônio Nego Bispo (2007) critica a categoria trabalho tal como a conhecemos hoje, afirmando que ela possui uma relação inseparável com a colonização. Ele examina como a colonização impôs uma visão eurocêntrica de trabalho, que se vale de um dos artifícios da punição e da obrigação, uma vez que os colonizadores desconsideraram as práticas laborais integradas ao que Evans-Pritchard denominaria de “tempo ecológico”. Dessa maneira, para além da visão clássica da economia política marxista que propõe um conceito de trabalho vinculado processo de transformação do “mundo natural”, Nego Bispo coloca em cheque uma lógica de entendimento deste “mundo natural” postulada pelo mundo capitalista, enquanto recurso utilitário, em contrapartida a uma relação contra-exploratória e contra-colonizadora levada a cabo por populações subalternizadas.

As idas ao igarapé para pescar não se apresentam em valor de punição ou obrigação. Os momentos de apreciação da prática envolviam descrições do processo e do ambiente do igarapé, tratavam especialmente de pesca com a tarrafa, onde declarações são proferidas com sorrisos no rosto, que transmitem o sentimento contrário ao castigo deixado à humanidade de alguns pela colonização:

Agora o Igarapé mesmo que eu gosto. Eu gosto de tarrafear! Quando eu vou assim não gosto de voltar logo, gosto de vir quando tá bem camarão. (Aparecida, dia 13 de janeiro de 2024)

Sendo assim, se a posição rígida da divisão do trabalho é subvertida aqui, também é sua prerrogativa que propõe alguma naturalidade à opressão das mulheres. No contexto do Igarapé do Jubim, a pesca se insere em uma lógica que não se limita à produção material ou à divisão binária dos papéis de gênero, ela se entrelaça com formas de sociabilidade e prazer. As experiências narradas por minhas interlocutoras revelam que a pesca não pode ser reduzida a uma atividade economicamente instrumental, mas deve ser compreendida a partir de um repertório de significados que inclui pertencimento, memória e agência. Assim, a água temperada do Jubim, com sua fluidez e instabilidade, não apenas dissolve as fronteiras entre mar e terra, mas também desafia concepções fixas sobre o que é “trabalho”, quem o realiza e sob quais condições.

Conclusão

A pesquisa evidencia a necessidade de flexibilizar as categorias analíticas utilizadas nos estudos de gênero e pesca, permitindo escapar da normatividade acadêmica. A partir dessa perspectiva, procuro contribuir para um olhar mais atento às formas diversas de interação com o ambiente, promovendo uma reflexão que dialoga criticamente com os estudos de gênero e pesca. No igarapé do Jubim, as águas nunca são fixas — são temperadas, misturadas, sempre em movimento. Dessa fluidez, emerge a pesca que delas dependem, e, por isso, tampouco pode ser fixada, revelando-se tão fluida quanto as águas.

Assim, ao longo deste trabalho, busquei demonstrar como a ambivalência das águas do igarapé do Jubim reflete a complexidade das relações sociais e de gênero na pesca. Inicialmente, argumentei, com a grande ajuda de Seu Nélio, que essas águas são "temperadas", ou seja, nunca fixas em uma única forma, misturando-se e se transformando continuamente. Em seguida, explorei como essa variabilidade também se manifesta a partir dos ciclos das marés, tornando essencial que as pessoas que vivem e pescam no Jubim saibam se relacionar com essa ambivalência. Por fim, sustentei que as relações sociais também se constroem de maneira fluida, desafiando a rigidez das categorias analíticas clássicas sobre divisão sexual do trabalho na pesca. Dessa forma, as práticas e os saberes pesqueiros no Igarapé do Jubim não podem ser enquadrados em modelos fixos, pois são atravessados pela mesma dinâmica de transformação que rege esse corpo d'água.

A cada lançamento da tarrafa no Igarapé do Jubim, revela-se não apenas peixes e camarões, mas também a própria essência de um modo de existir que desafia e reinventa as fronteiras da clássica divisão sexual do trabalho.

Referências

ALENCAR, Edna Ferreira de. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lúcia; LEITÃO, Wladimir; MELLO, Ana F. de. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 63-81.

ALMEIDA MATOS, Beatriz. O perigo do olhar da mulher: reflexões sobre gênero e perspectiva a partir de um ritual de iniciação masculina matses. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, 2019.

ANDERSON, Kirla Korina dos Santos. Lugar de mulher é em casa?: cotidiano, espaço e tempo entre mulheres de famílias de pescadores. Dissertação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. *Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 10., 2011. Anais... Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 21 jan. 2020

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7747.htm.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e cultura*, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BISPO SANTOS, Antonio. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Teresina: Editora COMEPI, 2007.

CADENA, Marisol de la. *Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la «política»*. *Tabula rasa*, n. 33, p. 273-311, 2020.

CARNEIRO, Simone. *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta de Mato*. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia. Brasília, 1979.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Tempo e espaço. In: *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978, 2002.

FONSECA, Claudia. O anônimo e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e cultura*, v. 2, n. 1 e 2, 2007.

GOLDMAN, Marcio; LIMA, Tânia Stolze. Como se faz um grande divisor. In: GOLDMAN, M. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 83-92, 1999.

GONÇALVES, Andressa Santos; COSTA, Eliane Miranda. Os ribeirinhos do Marajó: Notas sobre as práticas tradicionais na relação com o meio ambiente amazônico. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 15, p. 508-523, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Márcia. 2016. Entrevistas. In: 2016. In: *Método de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc/Cebrap.

LIMA, Joicieli. O “interior” e as águas: entre paisagens, mobilidades e tecnologias de uma vida ribeirinha em São Sebastião da Boa Vista no Marajó-PA. 2024.. Dissertação (mestrado em antropologia). Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2024.

LIMA, Tânia Stolze. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. *Mana*, v. 2, p. 21-47, 1996.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, p. 11-29, 2002.

MOURA, Gustavo GM. Guerra nos mares do sul: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca. *Annablume*, 2017.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 3, n. 2), p. 377-400, 1999.

OTERO DOS SANTOS, Júlia. Bebida, roça, caça e as variações do social entre os Arara de Rondônia. *Espaço Ameríndio*, v. 10, n. 2, p. 118-118, 2016.

SAADA, Jeanne Favret. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

SCHAAN, Denise P. Os Filhos da Serpente: Rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 50-56, 2007.

HALL, Stuart. O Ocidente e o resto: discurso e poder. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 56, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu, p. 201-246, 2004.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes antropológicos, v. 20, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro et al. A zona costeira amazônica brasileira. Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management, v. 9, n. 2, p. 3-7, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. cadernos pagu, n. 11, p. 141-155, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. Aguiar, N. Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 49-66, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia, Amazônias. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VELHO, Gilberto. "Observando o Familiar". In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 121-133.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

VIEIRA, Norma; COSTA, Nívia. Mulheres que pescam: marisqueiras ou pescadoras? In: BARBOZA, Roberta *et al.* Desmantelando as fronteiras dos saberes da Amazônia. Curitiba: Appris, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. Mana, v. 2, p. 115-144, 1996.